

A cidade de Buenos Aires e a construção da hegemonia *porteña*: algumas notas historiográficas

La ciudad de Buenos Aires y la construcción de la hegemonía porteña: algunas notas historiográficas

Felipe de Melo Alvarenga

Mestre em História

Universidade Estadual de Campinas

f.m.alvarenga@hotmail.com

Recebido em: 28/10/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Resumo: A relação entre a cidade de Buenos Aires e as demais províncias da Argentina é considerada até os dias atuais como uma relação conflituosa e complexa. Neste trabalho, busca-se construir uma genealogia histórica partindo destas relações dialógicas, mas permeadas de conflitos, durante o tempo. A hipótese sustentada neste artigo sugere que a cidade de Buenos Aires construiu certa hegemonia frente às outras províncias constituintes da Argentina. Parte-se de uma perspectiva de média/longa-duração, contemplando três temporalidades significativas que foram momentos históricos importantes para a construção desta hegemonia *porteña*, a saber: o legado colonial; o movimento independentista e revolucionário e o pós-independência; e o governo de Rosas. Em cada uma delas, apresentaremos alguns argumentos da literatura especializada para analisar a questão levantada, na tentativa de explicar historicamente a hegemonia de Buenos Aires e de contextualizá-la no tempo.

Palavras-chave: Buenos Aires; Argentina; Hegemonia.

Resumen: La relación entre la ciudad de Buenos Aires y las demás provincias de Argentina es considerada, en la actualidad, como una relación conflictuada y compleja. En este trabajo, buscamos construir una genealogía histórica partiendo de estas relaciones dialógicas, pero envueltas en conflictos, durante el tiempo. La hipótesis sustentada en este texto sugiere que la ciudad de Buenos Aires construyó cierta hegemonía frente a las otras provincias que constituyen el país argentino. Partimos de una perspectiva de mediana/larga duración, contemplando tres temporalidades significativas que fueron momentos históricos importantes para la construcción de esta hegemonía *porteña*, a saber: el legado colonial, el movimiento independentista y revolucionario y la posindependencia y el gobierno de Rosas. En cada una de ellas, presentaremos algunos argumentos de la literatura especializada para analizar la cuestión levantada, en el intento de desnaturalizar la hegemonía de Buenos Aires y de contextualizarla en el tiempo.

Palabras-clave: Buenos Aires; Argentina; Hegemonía.

Introdução

A cidade de Buenos Aires, fundada pela primeira vez em 1536 e refundada em 1580, é considerada atualmente uma das cidades mais importantes do território latino-americano. Mas esta “importância” não pode ser transplantada para outros contextos históricos tão facilmente: no século XVI e XVII, a cidade de Buenos Aires estava condenada a ser um porto fechado pelo monopólio comercial estabelecido pela Espanha, que somente beneficiava alguns comerciantes de Lima em sua intermediação com as metrópoles comerciais da Europa e com os outros mercados do Vice-reinado do Perú (GUTMAN; HARDOY, 2007, p. 39).

Isto é, a cidade de Lima, capital do vice-reinado do Perú, mantinha um controle político, econômico e administrativo frente aos outros territórios que compunham o dito vice-reinado. Buenos Aires seria mais uma cidade “*aislada*”¹, na qual sua mais importante atividade econômica era o próprio comércio e o contrabando. Foi somente a partir de 1776 que a cidade de Buenos Aires trilharia um caminho diferente do até então explicitado, processo esse que se desenvolveu até a capitalização da cidade em 1880, e que reverbera até os dias atuais.

Nessa cidade, se atualizam diversas noções de poder na sociedade argentina contemporânea. “Uma vez detentora de capitalidade, o papel da cidade [de Buenos Aires], que se constituiu voltada para fora, enquanto centro metropolitano, passou a confundir-se com o do país, atuando como uma espécie de vitrine republicana.” (ALVES, 2017, p. 12-13). Não foi à toa que foram visados diversos planos e projetos urbanísticos ao longo de sua história, principalmente em espaços públicos como a *Plaza de Mayo* que permanece, até hoje, como representação do microcosmos nacional e como metonímia da Argentina (ALVES, 2017; GORELIK, 1998; 2008, p. 189-205). O processo de modernização da cidade nos séculos XIX e XX passou também pela relação entre os intelectuais e a política, tendo sido proferidos diversos discursos relacionados à cidade de Buenos Aires e à identidade *porteña* que se construía no momento considerado (DEMENECH, 2012, p. 23-37; WASSERMAN, 2015, p. 63-79; MÄDER, 2016).

Nesse ínterim, procura-se neste artigo debater as particularidades do processo de constituição do território argentino. Busca-se resgatar a historicidade das relações construídas

¹ Margarita Gutman e Jorge Enrique Hardoy (2007) procuram resgatar a historicidade da “*ubicación*”, isto é, da localização cartográfica da cidade de Buenos Aires nos mapas desenhados. A conclusão que chegaram seria que a cidade de Buenos Aires não apareceu representada em vários mapas geográficos do século XVI. É somente com o mapa do geógrafo francês Guillermo Sanson, impresso na década de 1670, que Buenos Aires aparece junto com Santa Fé, Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán, Salta, Esteco, Mendoza e San Juan.

entre a cidade de Buenos Aires e as outras províncias (assim como em relação aos outros espaços constituintes do futuro vice-reinado do Rio da Prata antes da independência), partindo de um eixo de análise e de observação que privilegie a visão *porteña* do processo histórico em questão. Minha hipótese central será a seguinte: durante todo este processo, de média/longa-duração histórica, a cidade de Buenos Aires construiu certa hegemonia frente às outras províncias e territórios que constituíram a Bacia do Rio da Prata. Hegemonia esta que reverbera e reflete na história do tempo presente do país em estudo: no cotidiano, na bancada parlamentar, na linguagem, nas relações sociais e, quem sabe, até mesmo nas expressões corporais dos *porteños* em relação aos outros argentinos na vivência da cidade de Buenos Aires (SENNETT, 2014).

Este trabalho busca compreender a genealogia desta hegemonia, desnaturalizando-a e analisando-a criticamente. Parte-se de três temporalidades significativas que foram momentos históricos importantes para a construção desta hegemonia *porteña*, a saber: o legado colonial; o movimento independentista e revolucionário e o pós-independência; e o governo de Rosas. Acreditamos que estes momentos foram cruciais para entendermos esta hegemonia, já bastante consolidada no processo de capitalização e de modernização da cidade de Buenos Aires na virada do século XIX para o XX (ALVES, 2017; DEMENECH, 2012). Em vista disso, em cada uma dessas temporalidades, sintetizaremos algumas conclusões históricas trabalhadas pela historiografia especializada sobre o tema, aproveitando também para discutir a relação entre a cidade de Buenos Aires e alguns intelectuais coevos que mobilizaram uma linguagem política e interpretativa sobre esta hegemonia em construção (WASSERMAN, 2015, p. 63-79; MYERS, 2016, p. 23-56). Ao elegermos a cidade de Buenos Aires como categoria de pensamento e objeto de pesquisa, arriscaremos na tentativa de “produzir uma ‘cidade latino-americana’” como uma construção sociocultural, como Adrián Gorelik nos propôs (2005, p. 111-133), oferecendo novos olhares sobre Buenos Aires e às suas relações com outras cidades e territórios argentinos.²

² Segundo a proposição de Adrián Gorelik: “É nesse sentido que este trabalho defende que a ‘cidade latino-americana’ se ‘produziu’ como construção cultural. Ela existiu enquanto houve vontade intelectual de construí-la como objeto de conhecimento e ação, enquanto houve teorias para pensá-la, e atores e instituições dispostos a tornar efetiva essa vocação (...). Nesse sentido, a ‘cidade latino-americana’ (...) não apenas ilumina aspectos pouco conhecidos desse período, como confere a eles nova inteligibilidade, oferecendo pistas de seus percursos, assinalando as instituições criadas, suas redes intelectuais e seus projetos de intervenção, como parte de um projeto histórico completo e coerente, no interior do qual talvez tenha sido formulada, com maior intensidade, a ideia de América Latina como ‘projeto’ (...). A ‘cidade latino-americana’ poderia ser pensada, assim, como a peça faltante que permite entender todo esse período como um ‘ciclo’ da imaginação social latino-americana, um ciclo que descreve um arco completo de posições: desde o otimismo modernizador da planificação até sua inversão crítica radical.” (GORELIK, 2005, p. 114-117).

O legado colonial

Para entendermos a forma como o legado colonial da América espanhola influenciou o processo de independência da Argentina e, mais especificamente, para analisarmos as particularidades desse legado na construção deste futuro país, faz-se necessário esclarecer algumas questões pertinentes ao processo histórico em estudo. As reformas *bourbônicas* foram uma série de medidas político-administrativas adotadas pelos governantes espanhóis da dinastia dos *Bourbons* no sentido de retirar os poderes das elites locais (*criollos*) nas suas possessões americanas e transferi-los a europeus vindos diretamente da península, os chamados espanhóis peninsulares (BRADING, 2004, p. 391-446). Posteriormente, isso contribuiu para que ocorresse um crescente descontentamento das elites locais, gerando uma aversão dos *criollos* aos peninsulares na América espanhola como um todo. E esse contexto não foi diferente na Argentina (LYNCH, 2004).

O vice-reinado do Rio da Prata foi criado pela Espanha em 1776 como uma das medidas adotadas por estas reformas *bourbônicas*. Esta nova institucionalização na América Espanhola serviu também como forma de proteção frente à expansão portuguesa, que era perigosa pelo fato de Portugal ser um aliado da Inglaterra, país este que já praticava intensas atividades de contrabando de produtos nos domínios espanhóis. Por isso, cabia à Espanha controlar o território para que esta situação não se reproduzisse (RINS; WINTER, 2008).

Outro motivo importante para a criação desse vice-reinado foi a importância econômica da região do Rio da Prata e adjacências, onde se desenvolvia a caça do gado *cimarrón* na região pampeana e a produção de couros nas zonas litorâneas, existindo um comércio direto com a Espanha, através do porto de Buenos Aires. O porto de Buenos Aires ganhou ainda mais importância com a exportação deste último produto como resultado do forte desenvolvimento da pecuária em toda a região. O couro adquiriu grande valor no mercado internacional, tendo em vista ser fundamental para a composição de equipamentos dos exércitos e de outros artigos industrializados (PASSETTI, 2012, p. 40-53).

No final do século XVIII, a pecuária fortaleceu-se ainda mais como a principal atividade econômica, com o surgimento da produção de carnes salgadas (charque) e de sebo, propiciando um aproveitamento melhor do gado, que antes era caçado e agora passava a ser criado, o que foi possibilitado pela conquista de novas terras no oriente do Paraná e do Rio da Prata, após a expulsão dos jesuítas no contexto das reformas *bourbônicas* (DONGHI, 2011). Além disso, as crescentes investidas dos colonos em territórios indígenas começaram a se avolumar. Os colonos

brancos avançavam nos terrenos nativos utilizando-se, para isso, de métodos pacíficos, mas também violentos contra as povoações já instaladas naquelas regiões (PASSETTI, 2012, p. 49-60).

Com a criação do vice-reinado do Rio da Prata, houve uma forte integração entre as regiões do sul do continente. Buenos Aires foi designada como a capital desse vice-reinado, marcando ali, o início de uma *centralização política e administrativa*. Isso foi uma particularidade diante das outras colônias ultramarinas hispânicas, visto que não podemos compreender o processo político-administrativo colonial desse vice-reinado sem analisarmos a grande importância que Buenos Aires adquiriu. Buenos Aires tornou-se a sede da administração burocrática do vice-reino, do Consulado, da Audiência (Tribunal de Justiça), do Tribunal Maior de Contas e da Junta Superior da Real Fazenda, entre outras instituições.

Além disso, a futura consolidação da hegemonia *porteña* deu-se com a abertura do porto de Buenos Aires para a comercialização direta com a metrópole, sendo considerado o principal entreposto destinado ao comércio externo. Paralelamente, esse porto possuía uma particularidade rentosa para os *porteños*, dado que se beneficiou da criação da *Aduana*, instituição destinada a fiscalizar e cobrar impostos dos demais portos existentes no vice-reinado. Isso provocou certo descontentamento das outras regiões do Rio da Prata, já que as elites *porteñas* se aproveitavam dos lucros que poderiam ser auferidos pelo interior.

Segundo Túlio Halperín Dongui (2011), a região do Rio da Prata foi uma das localidades que mais sofreu transformações econômicas com as medidas reformistas. A Coroa espanhola já estava orientando o comércio para o Atlântico, incentivando a economia de regiões como *Tucumán, Cuyo, Alto Peru e Chile*. Mas, para o autor, esta nova orientação econômica foi decisiva para o desenvolvimento de Buenos Aires, que teve um rápido aumento populacional e econômico, transformando-se no que ele denominou de uma “cópia ultramarina de uma cidade provinciana da *Andaluzia*” (DONGHI, 2011, p. 27).

Contudo, o processo de integração entre as regiões do Rio da Prata foi algo lento, devido ao “mal-estar” em relação à Buenos Aires e à sua elite *porteña*, que cresciam num ritmo superior ao das outras regiões. Isso acabou se tornando um processo de longa-duração, fundamental para entender o processo de independência e a forma como se constituiu a Argentina, país que ainda é caracterizado e determinado pela oposição entre provincianos e *porteños*. O “legado colonial” foi apenas uma parte desta história.

Movimento revolucionário e independentista

Os anos de 1806 e 1807 foram marcados pelos eventos conhecidos como *invasões inglesas* ao vice-reinado do Rio da Prata, especificamente ocorridas em Buenos Aires, cidade alvo da ação britânica que visava “furar” o protecionismo mercantil da Coroa espanhola. Com isso, a Inglaterra visava obter acesso ao mercado americano, pois, uma vez conquistada a embocadura do Rio da Prata, seria fácil exportar as mercadorias vindas de Londres para todo o Cone Sul.

Porém, o que se assistiu foi uma verdadeira resistência por parte dos habitantes de Buenos Aires e uma consequente expulsão dos ingleses do território desta cidade. É reconhecido que foi Buenos Aires a cidade que abrigou a maior concentração de *criollos* e milicianos na tentativa de expulsar os ingleses do território (RINS; WINTER, 2008, p. 12). Os episódios da Reconquista e da defesa de Buenos Aires são, para uma certa historiografia, um dos “mitos fundadores da nação”, na medida em que os anos de 1806 e 1807 representaram os anos de afirmação da nacionalidade a partir da reação da população frente às invasões inglesas³ e o início do processo revolucionário, que ocorreria três anos mais tarde (CAMARGO, 1996).

Entre 1807 e 1810, período ocupado por dois vice-reis, houve uma profunda crise do sistema colonial influenciada, sobretudo, pelo andamento da guerra europeia e pelo preâmbulo do movimento pela independência. O vice-reinado de Liniers foi reconhecido pelas autoridades metropolitanas em 3 de dezembro de 1807, porém nunca foi inteiramente aceito pelos *porteños*, uma vez que esses o viam como leal à Coroa da qual pretendiam separar-se.

As invasões inglesas acirraram a organização e a participação das milícias e dos *criollos*, que mostraram maior descontentamento frente à figura do vice-rei, residente em Buenos Aires. A partir disso, foi convocada a elaboração de um “*cabildo abierto*” pela elite nativa e *criolla* que tinha como principais propostas deliberativas a destituição do vice-rei e o estabelecimento de uma autoridade representativa de soberania popular.

A constituição desse *cabildo* era dividida em dois grupos: o conservador e o revolucionário. O primeiro consistia, principalmente, de apoiadores do vice-rei, enquanto o segundo, por sua vez, reunia os interessados em destituí-lo. Tal advento pode ser considerado uma particularidade deste processo, dado que os *criollos* e as milícias, tão engajados em defender

³ Caso semelhante pode ser elucidado com os eventos ocorridos na Bahia, antes, depois e durante o processo de independência do Brasil, onde a população local reagiu às investidas portuguesas, o que acabou por criar um significado político específico e particular frente a data comemorativa “nacional” da independência do Brasil no ano de 1822. Sobre os sentidos políticos destes eventos e as suas rememorações atualizadas no tempo, ver principalmente Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (1999).

seu próprio território dos ingleses, resolveram estabelecer uma votação que deliberaria pela expulsão ou pela permanência do vice-rei. Saíram vencedores os revolucionários, com 132 votos, contra os 66 totalizados pelo grupo conservador (RINS; WINTER, 2008, p. 17).

No dia 25 de maio de 1810, se constituiu uma Junta de Governo marcadamente *criolla*, presidida por Cornelio Saavedra. Esse é o primeiro governo primariamente autóctone, que procurava atender os interesses dos americanos do Rio da Prata neste período histórico bastante conturbado. Dessa forma, pôde-se observar o enfraquecimento da autoridade peninsular, não só nos territórios do Rio da Prata, mas na América hispânica colonial como um todo. Contudo, ainda se reivindicava tal governo em nome de Fernando VII, mantido preso pela França napoleônica.

Há que se considerar que existiu uma disputa em torno da memória coletiva e nacional a respeito da independência. Segundo o historiador norte-americano Nicolas Shumway (2008), a revolução de 25 de maio é considerada pelos *porteños* como marco inicial da independência do território que futuramente seria reconhecido como Argentina. Porém, a independência nacional, *stricto sensu*, ocorreu somente seis anos depois, no dia 9 de julho de 1816, na cidade de Tucumán, na qual todas as províncias se encontravam representadas. Como diz o autor: “a partir de maio, os *porteños* inauguraram uma longa tradição de confundir Buenos Aires com todo o país.” (SHUMWAY, 2008, p. 48). Segundo Maria Elisa Noronha de Sá Mäder,

as revoluções de independência passaram a ser consideradas por muitos autores como um fenômeno de caráter puramente político – aqui entendido como a ruptura dos vínculos coloniais com a metrópole e também como a mera substituição no poder político dos peninsulares pelos *crioulos* –, e, portanto, de importância secundária no que diz respeito às permanências estruturais [do período colonial] (MÄDER, 2008, p. 229).

Segundo ela, tratar-se-iam de visões que adotam uma postura anacrônica e teleológica, na qual estaria pressuposta a existência de um nacionalismo que teria precedido o processo de construção dos estados nacionais, “levando à crença de que a maioria das nações americanas já existia desde o momento da independência.” (MÄDER, 2008, p. 230). Este anacronismo acabou por comprometer a identificação, pela historiografia, de que, na região do Prata, por exemplo, existiu uma coexistência conflitiva entre a soberania das cidades – os *pueblos* – e a tendência dos sucessivos governos centrais de Buenos Aires em estabelecer uma única soberania rio-platense em suas mãos “que de maneira alguma existia previamente.” (MÄDER, 2006, p. 20; CHIARAMONTE, 1993; 2017).

Para entender este apagamento das relações conflitivas entre as cidades do interior e o governo central de Buenos Aires, Shumway (2008) esboçou a ideia de que existiu um pensamento tipicamente localista que se desenvolveu sobrepondo-se ao pensamento nacional, sendo isto um marco para entender a relação hegemônica que Buenos Aires construiu com as outras províncias. Tal visão historiográfica é uma das leituras possíveis para o fenômeno conhecido como *caudilhismo*, que iria se desenrolar no decorrer do século XIX em praticamente toda a América Latina (GOLMAN; SALVATORE, 2005).

Apoiando-nos nas análises de José Carlos Chiaramonte (2004), buscaremos relativizar essa “busca pelas origens” no que tange ao nascimento da nacionalidade argentina, procurando compreender que tipos de entidades políticas existiram e se desenvolveram naqueles tempos revolucionários em lugar de interpretar quando foi construída a “nação argentina”. Uma pista para esta empreitada pode ser indicada na própria gestão do Estado argentino nestes primeiros tempos revolucionários, visto que esta gestão não se fundou em sentimentos de “identidade nacional”, mas sim em compromissos políticos entre organismos soberanos e entre as elites políticas localizadas na cidade de Buenos Aires e nas outras “províncias” (CHIARAMONTE, 2004; 2017).

* * *

Foi necessário para os organizadores da Junta fortalecê-la, para que se pudesse difundir os ideais da revolução e lograr a participação das províncias. Neste contexto, ocorreram diversas campanhas militares para o interior do vice-reinado, a fim de que fossem designados representantes que deveriam comparecer à Junta de Governo, localizada em Buenos Aires. Tal mobilização pode ser interpretada como o início da Guerra de Independência do vice-reinado do Rio da Prata, já que aí foram travados os primeiros choques contra os espanhóis peninsulares, que realizaram ações tipicamente contrarrevolucionárias, e até mesmo embates, mas também alianças com as populações indígenas que viviam nas regiões afetadas, sendo muitas destas povoações pacificadas e desterritorializadas (PASSETTI, 2012, p. 60-68).

Dentro de um contexto institucional da Junta, havia uma questão fundamental a ser decidida, caracterizada por uma dicotomia entre propostas político-ideológicas. De um lado, havia aqueles que defendiam o aumento do número de representantes da Junta, que agora incorporaria provincianos (resolvendo, dessa forma, os problemas que interessavam a todos os habitantes do território abarcado pelo vice-reinado), representados e/ou comandados por

Cornelio Saavedra. De outro, encontravam-se aqueles que defendiam uma proposta pragmática, dado o contexto da guerra. Essa proposta refrearia a participação de interioranos dentro da Junta, permitindo uma rápida resolução dos problemas e de decisões. Porém, essa proposta pode ser interpretada também como a “manutenção da supremacia de Buenos Aires”, visto que só os *porteños* participariam do processo de construção da Junta e do governo da região. Esse grupo era representado por Mariano Moreno.

É possível esboçar o panorama de uma discussão entre as duas propostas presentes neste contexto da Junta: unitarismo e federalismo. O segundo projeto será discutido posteriormente, ao desenvolvermos a discussão referente a José de Artigas. O primeiro projeto, por sua vez, estará representado pela figura de Mariano Moreno.

Estaba reservado a la gran capital de Buenos Aires dar una lección de justicia, que no alcanzó la península en los momentos de sus mayores glorias, y este ejemplo de moderación al paso que confunda a nuestros enemigos, debe inspirar a los pueblos hermanos la más profunda confianza en esta ciudad, que miró siempre con horror la conducta de esas capitales hipócritas, que declararon guerra a los tiranos, para ocupar la tiranía, que debía quedar vacante con su exterminio (MORENO, 2007, p. 96).

Tal personagem político pode ser considerado um paradigma para o projeto unitarista, que na Argentina possuiria uma particularidade, visto que estaria materializado em uma única cidade, Buenos Aires. Em outros territórios, é bastante difícil encontrar a defesa de projeto semelhante para a construção administrativa e política de uma nação. Shumway (2008) caracterizou Moreno como contraditório, tendo influências iluministas (era erudito e, por exemplo, grande admirador de Jean-Jacques Rousseau – sendo inclusive tradutor de muitas de suas obras), ao mesmo tempo em que possuía um pensamento tipicamente autoritário. Para ele, o choque entre opiniões era visto como negativo, dado que isso nunca caminharia em direção a um consenso. Além disso, era um grande defensor de uma institucionalização da violência política aos adversários do Estado ou da ideologia dominante. Nos critérios constitucionais de Mariano Moreno proferidos em 1810, constava que

Cada provincia se concentró en sí misma, y no aspirando a dar a su soberanía mayores términos de los que el tiempo y la naturaleza habían fijado a las relaciones interiores de los comprovincianos, resultaron tantas representaciones supremas e independientes, cuantas Juntas Provinciales se habían erigido. Ninguna de ellas solicitó dominar a las otras; ninguna creyó menguada su representación por no haber concurrido el consentimiento de las demás; y todas pudieron haber continuado legítimamente, sin unirse entre sí mismas (MORENO, 2007, p. 95).

Neste trecho, percebemos que Moreno não era grande apoiador do federalismo, visto que as diversas representações criadas não permitiam a “dominação” de uma “a las otras”, o que acabava por comprometer a construção da soberania de um Estado, que poderia desembocar na anarquia e na completa desorganização política. Em sua interpretação, a democracia seria construída a base de sangue derramado pelos mais fortes. Outra característica é seu caráter indiferente em relação às necessidades do interior do vice-reinado, ao mesmo tempo em que, em determinados momentos, defendia a igualdade e a liberdade dos povos (influências iluministas). Ele é considerado, por Shumway, o germe da intelectualidade unitarista *porteña* (SHUMWAY, 2008, p. 51-78).

Ao final, triunfa a tendência *saavedrista*, transformando a Junta de Governo em *Junta General*, incorporando as outras províncias.⁴ Mariano Moreno se exilou e morreu no exterior. Podemos interpretar que a Revolução de Maio de 1810 se iniciou em Buenos Aires, mas se expandiu para o interior. Seria o primeiro governo de representação nacionalizante, que buscava abordar o tema da independência. Apesar do reconhecimento de que alguns grupos *morenistas* organizaram diversos levantes a fim de manifestar suas insatisfações frente a ampliação da representação da Junta.

No entanto, a gestão de Saavedra foi perdendo credibilidade ao longo da Junta de Governo devido ao desgaste da guerra. Tais dificuldades resultaram na transformação do Executivo, que concentraria o poder nas mãos de três membros. Este advento conformou o que se convencionou a chamar de Triunvirato, buscando conduzir a população em meio à guerra. É uma etapa marcada pelo centralismo político, tendo novas discussões sobre quais representantes deveriam se encarregar do poder do Triunvirato. Há que se reconhecer que Buenos Aires estava sempre melhor representada no governo se comparada com a representatividade do resto das províncias. A tendência centralista se materializava ainda mais!

A guerra de independência se desenvolvia, tendo no período de 1812 a 1816 um espaço e lugar significativos. A *Logia Lautaro*, novo grupo que buscava lutar pela independência e organizar constitucionalmente o Estado argentino, é incorporada ao Exército pelo Triunvirato. Neste período, se forma o Segundo Triunvirato que irá se sustentar até o ano de 1814.

Mesmo com a reforma institucional que adquiriu forma pelo Triunvirato, os problemas não se findavam. Em 1814, uma nova forma de governo ganhou vida, com o nome de *Directorio*,

⁴ Vale destacar que Cornelio Saavedra pode ser classificado como um *federalista singular*, pois mesmo defendendo a autonomia das províncias, exigia que fossem pagas tarifas ao porto de Buenos Aires.

no qual uma única pessoa governava toda a extensão do que era o vice-reinado do Rio da Prata. O poder estava concentrado novamente pelos representantes de Buenos Aires, sendo bastante improvável que o *director* fosse um provinciano (dos sete *directores*, cinco deles eram *porteños*, um era proveniente de Misiones e outro nasceu em Arequipa, mas viveu a maior parte de sua vida em Buenos Aires) (RINS; WINTER, 2008, p. 35-50).

Essa evolução institucional, que buscava assegurar a coesão social do novo regime, caracterizada primariamente pela formação de Juntas, desenvolvendo-se em Triunviratos e culminando em *Directorios*, pode ser designada como o desenvolvimento paulatino do projeto unitarista, que, mais uma vez, foi materializado na cidade e no porto de Buenos Aires. No entanto, o período foi todo marcado por instabilidades, tendo em vista a multiplicidade de ensaios constitucionais e de formas de governo que foram experimentadas não só na região do Prata, mas em toda a América espanhola que se encontrava em processo de independência (CHUST, 2010). Em vista das dificuldades de fixar os limites e as fronteiras entre as unidades políticas nascentes que se atribuíam e disputavam entre si a soberania, e o variável balanço das forças em jogo, não é exagero caracterizar, como faz Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, “este período como um gigantesco laboratório aberto à experimentação política. Por tudo isso pode ser pensado como o [laboratório] do advento da modernidade na era das revoluções liberais e das independências.” (MÄDER, 2008, p. 238).

* * *

Pretende-se agora analisar a expansão e a retração do projeto federalista, que foi bastante secundarizado pelos unitaristas e *porteños*, materializado na figura de José de Artigas, um caudilho líder da *Banda Oriental del Uruguay*, que fazia parte do território das Províncias Unidas do Rio da Prata. Artigas se tornaria o “herói nacional” dentro do contexto da independência do Uruguai, mesmo sem ter participação efetiva neste processo (que segundo Shumway, teria sofrido muito mais a influência externa da Inglaterra e do Brasil, do que necessariamente das atuações internas) (SHUMWAY, 2008, p. 82).

José de Artigas defendia radicalmente a concepção de uma democracia que incluísse classes menos favorecidas, como os humildes, os provincianos, os indígenas, os *zanzos* (cafusos), entre outros. Mantinha essas convicções no campo da política, sendo um defensor primordial do princípio federalista, buscando a autonomia política de cada uma das províncias do vice-reinado do Rio da Prata, e, dessa maneira, resistindo à tentativa de centralização do poder pelas mãos do governo de Buenos Aires. Como exemplo de seu radicalismo político, este personagem defendia,

inclusive, a distribuição agrária para as classes despossuídas de terra, por exemplo. Outro fator considerável é que em Artigas não há a aspiração de formar uma nação separatista, e sim de se livrar do comando espanhol. Via-se, dessa maneira, como um cidadão do Rio da Prata, da mesma forma que os *porteños*.

Nesse período se apresenta um contexto de instabilidade política, por conta de constantes invasões nas províncias. O Alto Peru (que consistia no território hoje conhecido como a Bolívia), por exemplo, estava em mãos espanholas. Na Banda Oriental estava ocorrendo uma invasão sob o comando de Portugal, e Artigas, como líder da região, estava encontrando dificuldades para a defesa deste território. Depois de uma série de problemas causados pelas decisões do Triunvirato (entre elas a restituição - posteriormente revogada - do comando da Banda Oriental para os espanhóis), criou-se um sentimento negativo frente ao Triunvirato por parte dos “uruguaios”, que rechaçavam a centralização do poder.

Em 1813, ocorreu uma Assembleia Geral Constituinte, preocupada com a emancipação e com a constitucionalização do país, assim como com a conformação dos símbolos nacionais, que buscava reafirmar a soberania do Estado *criollo*. Os representantes de Buenos Aires expulsaram os representantes da Banda Oriental, o que acabou por comprometer o seu sentimento de pertencimento ao Estado em formação, contribuindo para a retração do projeto federalista que buscava a autonomia das províncias. Como descrito por Shumway: “naquele momento, nenhum uruguaio confiava em Buenos Aires”. (SHUMWAY, 2008, p. 90).

Essa conjuntura influenciou diretamente a atuação de Artigas no que tange à sua ausência do Congresso Nacional de Tucumán, em 9 de julho de 1816, durante o *Directorio* de Juan Martín Pueyrredón. Foi exatamente neste Congresso que seria escrita a Declaração de Independência, emancipando o país, no qual todas as províncias estariam supostamente representadas. A ausência de José de Artigas, portanto, foi significativa, pois se comprova a própria perda da identidade dos *Orientales* frente à recém-constituída Argentina.

Mesmo assim, Artigas tentou angariar alianças políticas com representantes que também defendiam o federalismo. Dessa forma, surge a *Liga de los Pueblos Libres*, que era constituída pelas províncias do litoral: *Santa Fe, Entre Ríos, Corrientes* e a *Banda Oriental*. Em 1816, ocorreu uma segunda tentativa de invasão portuguesa à *Banda Oriental*, dessa vez bem-sucedida, que culminaria em doze anos de integração desse território ao Império Português. Nascia a província da Cisplatina, e o Congresso se pronunciaria neutro. O que “sobrava” de identidade entre os *Orientales* havia encontrado seu fim.

É importante ressaltar como a experiência da cidade de Buenos Aires, nesse período substancial de separação política frente à metrópole espanhola, se tornou um fator que não pode ser negligenciado pelos historiadores e pesquisadores. Praticamente os ideais e os interesses cidadãos (neste caso, *porteños*) se sobrepuseram em relação ao projeto federalista que buscava arregimentar a autonomia das outras províncias e territórios constituintes do Estado argentino. Mais do que isso, o projeto unitarista buscou silenciar o impacto do projeto federalista para a região como um todo, a ponto de criar um sentimento de não-pertencimento, pelo menos por parte dos *federales* da *Banda Oriental del Uruguay*. A partir de então, os futuros “uruguaios” teriam que trilhar sua própria história. Em contraposição, o projeto unitário se fortalecia cada vez mais: a própria evolução do sistema político o confirmou.

No entanto, em 1820, esta história não permaneceria a mesma. Os caudilhos Estanislao López, de Santa Fe, e Francisco Ramírez, de Entre Rios, invadiram a cidade de Buenos Aires e dissolveram o “governo nacional”. Em 11 de fevereiro de 1820, cessou o *Directorio* e foi dissolvido o Congresso. Os projetos unitaristas e federalistas, e as suas respectivas atuações, inviabilizaram a conciliação política entre a cidade de Buenos Aires e as províncias do interior, não sendo possível estabelecer as bases da organização nacional.

Durante todo esse período, de 1810 a 1820, construiu-se historicamente a desconfiança e o descontentamento do interior do vice-reinado frente à cidade de Buenos Aires, ao mesmo tempo em que esta cidade reforçava a sua hegemonia frente aos demais territórios e províncias do Estado que se formava. E esse processo acabou por criar duas soberanias distintas que marcaram a formação do Estado argentino. Esta dualidade foi resumida nas palavras de José Carlos Chiaramonte (2017) no seguinte trecho:

Deste modo, o processo que se prolonga desde os começos do movimento de independência platina, em 1810, até a constituição de um Estado federal argentino, em 1853, verá a sucessão de duas ‘soberanias’ distintas: a das cidades [em especial, a de Buenos Aires], primeiro; e das províncias, depois. Províncias que ao constituírem a Confederação de 1831, limitaram a delegação, transitória, de soberania à representação exterior pelo Governador de Buenos Aires. O caráter soberano das cidades e, logo depois, das províncias teve expressão em um traço central da vida política do período, qual seja, o tipo de representação: em todas as reuniões para tentar organizar constitucionalmente um novo Estado, ou para regular assuntos diversos entre algumas das províncias platinas, os deputados (...) das províncias tinham caráter de *apoderados*, à semelhança dos ‘procuradores’ do Antigo Regime espanhol (CHIARAMONTE, 2017, p. 108).

O pós-independência e o governo de Rosas

¿Por qué pelean los anarquistas? ¿Quiénes son ellos? Se les atribuye la pretensión de establecer la ‘federación’ ¿Y hay alguno entre sus jefes que sepa siquiera pronunciar correctamente aquella voz? [...] Los federalistas quieren no sólo que Buenos Aires no sea capital, sino que, como perteneciente a todos los pueblos, divida con ellos el armamento, los derechos de aduana y demás rentas generales: en una palabra, que se establezca una igualdad física entre Buenos Aires y las demás provincias, corrigiendo los consejos de la naturaleza que nos ha dado un puerto y unos campos, un clima y otras circunstancias que le han hecho físicamente superior a otros pueblos [...] El perezoso quiere tener iguales riquezas que el hombre industrioso; el que no sabe leer, optar a los mismos empleos que los que se han formado estudiando; el vicioso, disfrutar del mismo aprecio que los hombres honrados⁵ (RINS; WINTER, 2008, p. 103).

A partir de 1820, as províncias da Argentina conseguiram a sua almejada autonomia, já que o governo central foi dissolvido. Na visão de Buenos Aires e no senso-comum *porteño*, esse período poderia ser considerado uma típica anarquia (como podemos perceber pela citação extraída acima), uma verdadeira entropia institucional na qual não havia ordem nem muito menos estabilidade política. Por outro lado, para as demais províncias, tal situação poderia ser considerada um verdadeiro intento de organização do Estado argentino à luz de um projeto federalista que finalmente concedera a autonomia para cada território.

Os embates entre os unitários e os federalistas não cessaram: esse período foi marcado por graves guerras civis nas quais a violência política era bastante comum. O fuzilamento político de Manuel Dorrego foi uma exemplificação disso. Esse embate atuara como um procrastinador da estruturação do Estado argentino (LIMA; NOGUEIRA, 2006).

Neste contexto, Juan Manuel de Rosas se tornou governador da província de Buenos Aires em 1829, conferindo assim, maior estabilidade política à Argentina e marcando uma vitória, ainda que temporária, do grupo federalista. Sendo assim, cabe investigar as edificações do período de Rosas no que diz respeito à formação do Estado-Nação e da identidade nacional argentina (WESCESLAU, 2012).

Por ser federalista, poderia se esperar que Rosas desenvolvesse uma política que conferisse maior autonomia às províncias. Porém, o período que correspondeu ao seu governo (1829-1832 e 1835-1852) foi marcado por uma centralização política em torno de Buenos Aires, e pelo desenvolvimento daquilo que Rosas pensava ser a melhor forma de governo: uma “*autocracia paternal*” (LYNCH, 1981, p. 304).

Conhecido como federalista, Rosas fazia de conta que aceitava ideias de uma democracia real, com províncias iguais e federadas. Mas de fato seu regime

⁵ *Gazeta de Buenos Aires*, 15 de diciembre de 1819.

agravou o domínio de Buenos Aires sobre o interior mais que qualquer um de seus predecessores unitários (SHUMWAY, 2008, p. 166).

Sendo assim, pode-se notar, então, que Rosas cumpria muito mais seu papel de caudilho de Buenos Aires que de governador federalista, já que foi uma figura importante para o fortalecimento da hegemonia da cidade em relação às outras províncias. Neste caso, seria um “equivoco persistente que se arraiga [na historiografia] o de chamar federais aos caudilhos e outras figuras políticas da época o que contribui para nos impedir de uma melhor análise da questão.” (CHIARAMONTE, 2017, p. 98).

A historiografia contemporânea percebeu que grande parte dos caudilhos que se diziam federalistas adotaram esse ideal simplesmente para não abdicarem de seu domínio local a um governo central, sem expressarem ideias de construção de um Estado pautado na cooperação entre as diversas províncias (GOLMAN; SALVATORE, 2005). Ironicamente, o governador Rosas, em 1837, decretou que todos os cidadãos deveriam usar a insígnia do federalismo, de cor vermelha. No entanto, tal política autoritária⁶ mostra apenas como o governo Rosas foi centralizador, e como a maioria dos caudilhos federalistas se chamavam assim apenas para fazerem frente aos unitários.

* * *

Buenos Aires está destinada a ser um dia a cidade mais gigantesca de ambas as Américas. Sob um clima benigno, senhora da navegação de cem rios que correm a seus pés, reclinada molemente sobre um imenso território e com treze províncias interiores que não conhecem outra saída para seus produtos, seria já a Babilônia americana se o espírito do pampa não tivesse soprado sobre ela e se não afogasse em suas fontes o tributo de riqueza que os rios e as províncias têm de levar-lhe sempre. Só ela, na vasta extensão argentina, está em contato com as nações europeias; só ela explora as vantagens do comércio externo; só ela tem o poder e as rendas. Em vão lhe têm pedido as províncias que lhes deixasse passar um pouco de civilização, de indústria e de povoação europeia; uma política estúpida e colonial se fez surda a esses clamores. Mas as províncias se vingaram, mandando-lhe em Rosas muito e demasiado da barbárie que elas tinham de sobra (SARMIENTO, 1997, p. 68).

Antes de qualquer coisa, é preciso ressaltar que Sarmiento não era *porteño* de nascença, porém a seguinte passagem do autor, em sua obra publicada primeiramente em 1845 (*Facundo*), é

⁶ Uma das políticas autoritárias adotadas no governo de Rosas dirigiu-se à pacificação da fronteira. As chamadas *Campanhas do Deserto* consistiram em várias expedições militares que ficaram conhecidas por seu caráter sangüinário. Segundo Gabriel Passetti, “chamar as campanhas de ‘do deserto’ trazia embutido o entendimento de que as terras nas quais ocorreram as ações militares eram desocupadas. O fator ‘deserto’ aplicado à nomenclatura de tais campanhas deveu-se a dois fatores: um político e outro geográfico. O primeiro relaciona-se a um ‘deserto de civilização’, como era visto pelos militares; e o segundo, ao clima seco e inóspito de partes daquela região” (PASSETTI, 2012, p. 73). Investir no “deserto” foi, na verdade, desterritorializar e exterminar a população indígena que já vivia nestas regiões.

de suma importância para analisarmos a visão que se tinha do interior da Argentina durante este período histórico. Sarmiento, logo, compartilhava das ideias dos intelectuais desta cidade que compactuavam com a mesma vociferação no que tange a uma visão *porteña* (de Buenos Aires) em relação ao interior da Argentina (MÄDER, 2006).

Como podemos perceber, Sarmiento interpretou o interior da Argentina como sendo o espaço, por excelência, da barbárie. Em contraposição, a cidade de Buenos Aires seria caracterizada como a irradiação da civilização e dos bons costumes europeus. Essa dualidade marcaria a interpretação de Sarmiento sobre a identidade nacional argentina, na qual a identidade da nação é construída concomitantemente e em relação à alteridade (MÄDER, 2006, p. 33; RIBEIRO, 2002). Na seguinte passagem, Sarmiento explicita melhor esta relação:

O homem da cidade veste o traje europeu, vive a vida civilizada tal como a conhecemos em toda parte; ali estão as leis, as ideias de progresso, os meios de instrução, alguma organização municipal, o governo regular, etc. Saindo do recinto da cidade tudo muda de aspecto: o homem do campo usa outro traje, que chamarei americano por ser comum a todos os povos; seus hábitos de vida são diferentes; suas necessidades, peculiares e limitadas; parecem duas sociedades distintas, dois povos estranhos um ao outro. Ainda há mais: o homem da campanha, longe de aspirar a se assemelhar ao da cidade, rechaça com desdém seu luxo e suas maneiras cortesias, e a roupa do cidadão, o fraque, a capa, a sela, nenhum sinal europeu pode se apresentar impunemente na campanha. Tudo o que há de civilizado na cidade aí está bloqueado (SARMIENTO, 1997, p. 74).

A formação de uma identidade comum do povo argentino, elemento importante para a construção da nação, não foi desenvolvida pela intelectualidade da época, a chamada “geração de 1837”, da qual Alberdi e Sarmiento eram dois importantes escritores. “Ao descrever os problemas nacionais, criaram o que se tornou um gênero pouco feliz da literatura argentina: a explicação do seu fracasso.” (SHUMWAY, 2008, p. 157). A geração de 1837, ligada ao pensamento unitarista e eurocêntrico, era bastante crítica da origem histórica e racial do povo argentino, como mostra a obra mais famosa desta geração – *Facundo* – escrita por Sarmiento (1997). Seus membros não viam em seu povo (o *gaucho*) o elemento necessário para se construir uma nação e defendiam uma política de imigração europeia. Acreditavam que o Estado se desenvolveria na medida em que houvesse progresso na sociedade argentina e que o governo de Rosas estaria indo na contramão deste progresso. As críticas feitas à população argentina, aos *gauchos* e sua história, dificultaram a formação de uma identidade nacional, aspecto importante no desenvolvimento de um Estado. Enquanto isso, a ausência de uma conciliação política ainda se

explicava pela antiga oposição entre a cidade de Buenos Aires e a soberania (limitada) das províncias, como resumiu Maria Elisa Noronha de Sá Mäder no trecho a seguir:

Acreditava-se, assim, que a devolução de sua soberania às partes constitutivas do Estado argentino – as províncias – e o consequente desempenho concreto das tarefas de governo neste nível representavam o único mecanismo pelo qual se poderiam submeter eficazmente as paixões e assim constituir um corpo de cidadãos virtuosos (...). Por fim, relacionada ao muitas vezes paradoxal discurso rosista de ordem, a conformação do sistema federal deveria ser garantida, a nível nacional, mediante o uso da força e da coerção, e concretizada nos diversos pactos interprovinciais e não sobre a base consensual de algum documento constitucional (MÄDER, 2006, p. 79).

Após a queda de Rosas, no ano de 1852, iniciou-se na Argentina a institucionalização do Estado argentino com a formação de uma Confederação, a chamada *Confederación Argentina*. A cidade de Buenos Aires não participou desta estruturação política e administrativa, se tornando autônoma durante quase dez anos. Este período é conhecido como a “secessão de Buenos Aires” (RINS; WINTER, 2008, p. 202). A cidade se tornava quase um país independente. Esse é mais um indicativo da força hegemônica que a cidade construiu ao longo de sua história. Porém, era quase impossível organizar o Estado argentino sem a participação de Buenos Aires. O seu porto e o seu peso político não poderiam ser negligenciados tão facilmente.

No dia 21 de setembro de 1880, ocorreria a capitalização e a federalização da cidade de Buenos Aires aprovada pelo Poder Legislativo, sendo a cidade porteña a capital do Estado argentino até os dias atuais. Este processo de capitalização representou, para Buenos Aires, a idealização de um projeto civilizatório que transformaria a cidade e englobaria o país de forma mais geral, na qual se buscava uma modernização pautada na construção simbólica de uma capital (ALVES, 2017; DEMENECH, 2012). “Esse simbolismo é de grande importância porque a própria ‘capitalidade’ aparece como central na necessidade de afirmação de uma imagem para a cidade [de Buenos Aires].” (ALVES, 2017, p. 40). Como representativa desta construção simbólica, temos a própria *Plaza de Mayo*, aquela que sediou a Revolução de 1810, como o espaço urbano por excelência destas disputas de projetos de poder na sociedade argentina e que é apropriada até os dias de hoje pela memória nacional (ALVES, 2017, p. 179).

Considerações finais

A hegemonia da cidade de Buenos Aires foi resgatada neste artigo a fim de melhor compreendermos como se estruturou a relação entre essa cidade e as outras províncias constitutivas da Argentina. Hoje em dia, é comum perceber interioranos e/ou provincianos que moram e vivem em Buenos Aires criticarem o modo de vida e a visão de mundo dos *porteños* no

dia-a-dia da cidade. Tal advento seria um reflexo de toda esta história, resgatada desde os tempos coloniais e que reverberou na própria conformação do Estado argentino ao longo do século XIX, influenciando até hoje a mentalidade dos habitantes deste país.

Explicar historicamente a genealogia dessa relação construída e realizar o exercício consequente de desnaturalizar essa “força” hegemônica que reverbera na (re)construção da Argentina até a atualidade é uma das formas encontradas também para “desconfiarmos” da identidade nacional, o que “não significa, portanto, desprezar sua importância. Mas tomá-la pela dupla condição, de parecer necessária, mas ser contingente, fruto de relações de força, e de carregar seu revés inseparável, a alteridade.” (LIMA, 2003, p. 207). Concluindo, a identidade nacional argentina só pode ser resgatada se levarmos em conta as relações de força exercidas pela cidade de Buenos Aires e a alteridade inseparável das outras “províncias” que também constituem o território argentino.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas Ruas**: comemorações da independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALVES, Ana Carolina Oliveira. **Dimensões políticas na Plaza de Mayo e a cidade de Buenos Aires como capital federal (1880-1910)**. 191fls. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2017.

BRADING, David Anthony. “A Espanha dos Bourbons e o seu império americano”. In: BETHELL, Leslie. (org.). **História da América Latina**. Vol. I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 391-446.

CAMARGO, Fernando da Silva. **Britânicos no Prata**: caminhos da hegemonia. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

CHIARAMONTE, José Carlos. “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX.” In: CARMAGNANI, Marcello (Org.). **Federalismos latinoamericanos**: México/Brasil/Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. **Nación y Estado en Iberoamérica**: el lenguaje político en tiempos de las independencias. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

_____. “Províncias ou Estados? As origens do federalismo platino”. In: **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2017, p. 73-114.

CHUST, Manuel. **Las Independencias Iberoamericanas en su laberinto**. Controversias, cuestiones, interpretaciones. Valencia: Publicaciones de la Universitat de València, 2010.

DEMENECH, Pedro. **O Limiar da Cidade: modernidade e *criollismo*** em Jorge Luis Borges. Dissertação (Mestrado em História). 136fls. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2012.

DONGHI, Tulio Halperín. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOLMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos Rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GORELIK, Adrián. **La grilla y el parque**. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires (1887-1930). UNQ: Buenos Aires, 1998.

_____. “A produção da ‘cidade latino-americana’.” In: **Tempo Social**, v. 17, n.1, jun. 2005, p. 111-133.

_____. “O romance do espaço público”. **Arte & Ensaios**. EBA/UFRJ, n. 17, Rio de Janeiro, 2008, p. 189-205.

GUTMAN, Margarita; HARDOY, Jorge Enrique. **Buenos Aires: 1536 – 2006**. História urbana del Área Metropolitana. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2007.

LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. “A formação do Estado-Nacional Argentino e a construção da identidade nacional”. **Ameríndia**, ano 1, v. 1, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LYNCH, John. “As Origens da Independência da América Espanhola”. In: BETHELL, Leslie. (org.). **História da América Latina**. Vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 19-71.

_____. **Argentine Dictator: Juan Manuel de Rosas, 1829-1852**. Oxford: Clarendon, 1981.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Civilização e Barbárie: a representação da Nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai**. 232 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense – Niterói, 2006.

_____. “Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica”. In: **Revista de História**, n. 159, 2008, p. 225-241.

_____. (Org.). **História Intelectual Latino-Americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

MORENO, Mariano. “Los Criterios Constitucionales de Mariano Moreno, 1810, Fragmento.” In: CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, Provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)**. Biblioteca del Pensamiento Argentino. Parte I – Documentos. Buenos Aires: Emecé, 2007, p. 92-103.

MYERS, Jorge. “Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem” In: MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (Org.). **História Intelectual Latino-Americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 23-56.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e *criollos*: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Alameda, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RINS, E. Cristina; WINTER, María Felisa. **La Argentina: una historia para pensar (1776-1996)**. Buenos Aires: Kapelusz, 2008.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. Civilização e barbárie. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina**. História de uma Ideia. São Paulo: Edusp; Brasília: Editora UnB, 2008.

WASSERMAN, Claudia. “História Intelectual: origem e abordagens”. In: **Tempos Históricos**, v. 19, 2015, p. 63-79.

WESCESLAU, Wanda Cristina Rocha. “A formação do Estado nacional da Argentina: uma discussão sobre identidade e nacionalidade”. **Revista da PUC**. Minas Gerais. v. 13, n. 18, 2012.